

ANEXO B

<p>Araribóia</p>	<p>1 barreira em implementação 3 em funcionamento</p>	<p>Embora a instalação de quatro pontos de apoio de trabalho esteja sendo feita no interior da Terra Indígena, nenhum deles ainda reflete a realidade de uma Barreira Sanitária. Além disso, os locais escolhidos para a instalação desrespeitam as indicações geográficas apontadas pela APIB, que visa à proteção e não aproximação dos grupos isolados Awá. O governo instalou seus pontos de apoio nas regiões de plena ocupação dos indígenas isolados Awá Guajá, trazendo grande risco de contaminação a eles, nem se preocupou com medidas mínimas de controle sanitário das equipes e, tampouco, dos colaboradores indígenas da etnia Guajajara, que estão sendo utilizados como mão de obra braçal. Vide relato da liderança Benedito Guajajara, morador da Aldeia Bacuri Doce, e de Caetano, cacique da Aldeia Lago Branco, que mostraram preocupações com os locais escolhidos em virtude de se sobrepor a áreas de uso do grupo isolado Awá Guaja. Ao que tudo indica, os locais escolhidos pela FUNAI para desenvolver seus trabalhos estão sobrepostos às áreas de ocupação de índios isolados, e, mais preocupante, sob as áreas necessárias à sua sobrevivência, como as poucas regiões "reservadas" pelos próprios Guajararas como intangíveis e exclusivas aos Awá Guajá isolados, para que possam lá beber água e se alimentar sem serem incomodados. Os relatos dos indígenas dão conta de que não está sendo realizada quarentena de servidores, colaboradores e muito menos dos indígenas Guajajara que lá permanecem trabalhando sem a presença dos servidores da FUNAI. Ao se estabelecer acampamentos em áreas de ocupação de índios isolados, a FUNAI contraria o principal objetivo de proteção do território de invasores externos, e se aproxima sobremaneira de áreas importantes de ocupação Awá Guajá isolados. Os indígenas colaboradores não receberam nenhum tipo de avaliação médica ou clínica e nem sequer foram submetidos a testes de COVID-19. Sobre a implantação de Barreiras Sanitárias propriamente ditas, não há, por ora, nenhuma iniciativa, seja pela FUNAI ou SESAI, de implementá-las. Pelo contrário, há dezenas de relatos de uma verdadeira invasão de atividade de campanha eleitoral dentro das aldeias, que financiam festas, carreatas e reuniões de apresentação de candidaturas. Foram mapeadas, nos últimos trinta dias, cento e duas atividades no interior da TI Araribóia voltadas às campanhas eleitorais municipais. Não há Barreira Sanitária da Região Zutiwa implementada, a não ser um posto de controle de acesso estabelecido pela própria organização indígena local. Em diálogo com as duas Brigadas Indígenas existente na TI Araribóia, ambas informaram não ter tido nenhum apoio de equipes da FUNAI local. Nos últimos 30 dias foram 60 focos de calor detectados e as Brigadas indígenas vinculadas ao Prev-Fogo têm enfrentado grandes desafios para realizar a prevenção e combate dos incêndios florestais, que já consumiram centenas de hectares de floresta</p>
<p>Yanomami</p>	<p>1 barreira em construção 3 barreiras funcionando</p>	<p>As barreiras sanitárias propostas pela União para a TI Yanomami estão restritas ao território de Roraima e, portanto, são insuficientes para o controle do avanço da doença em toda a terra indígena, que se estende pelo norte do Amazonas. Das barreiras propostas pela União para a TI Yanomami apenas duas encontram-se em funcionamento permanente. As demais estão apenas previstas, e não há indicações de prazo para serem implementadas. O cronograma previsto para sua instalação em setembro segue em atraso, indefinidamente. Desde o início da pandemia nenhuma nova barreira foi instalada e nenhuma nova estrutura foi construída. As únicas estruturas de proteção em funcionamento na TIY, são a Base de Proteção Etnoambiental (BAPE) Walopali e a BAPE Ajarani, que foram reativadas respondendo à antigas ordens judiciais. Vale ressaltar, ademais, que além dos bloqueios dos acessos fluviais é fundamental o controle do acesso à TIY por via aérea. Este poderia ser feito com ações de fiscalização do espaço aéreo e das pistas clandestinas que dão suporte logístico ao garimpo, bem como através da fiscalização de postos de combustível e aeródromos. Não há menção a ações dessa natureza nos atos, entretanto. Outro fator que nos preocupa é a ausência de um cronograma atualizado para a construção da Base de Proteção Etnoambiental (BAPE) no rio Catrimani, que deveria zelar pela proteção do grupo em isolamento voluntário (Moxihatêtema). Na última manifestação, a data para o início da construção desta Base era 17 de agosto de 2020. Contudo, até o momento foram realizadas apenas viagens de reconhecimento, e o cronograma de construção segue em atraso. Igualmente, paira incerteza sobre a previsão de construção da BAPE Korekorema, inicialmente prevista para até o final de 2020. Por fim, o que a União está considerando como uma Barreira Sanitária na localidade do Xexena consiste em ações intermitentes</p>

ANEXO B

		que ela tem desenvolvido nessas comunidades. Não se tem informações, todavia, da natureza dessas ações. A Associação indígena Hutukara está oficiando para obter informações, mas não está recebendo respostas.
Alto Turiaçu	1 barreira em funcionamento 1 barreira em implementação	
Uru Eu Wau Wau	1 barreira e 1 posto de controle em funcionamento 2 barreiras policiais móveis em funcionamento	As informações que nos foram dadas pelos indígenas que vivem nesta terra é que Foram colocadas faixas em apenas dois locais, uma na estrada de acesso à aldeia dos Amondawa e outra na estrada de acesso às aldeias dos Uru Eu Wau Wau, informando sobre o isolamento social, antes da decisão do STF e por iniciativa dos índios Amondawa e Uru Eu Wau Wau, do indigenista Rieli Franciscato, morto recentemente em serviço, e da ONG Kaninde. A equipe móvel da Polícia Militar existe, mas Barreiras Sanitárias nos moldes do que fora orientado conforme orientado pelos médicos sanitários Douglas Rodrigues e Erick Jennings no documento intitulado “Aspectos médicos das Barreiras Sanitárias para minimizar o risco de introdução da COVID-19 em Povos Indígenas isolados e de Recente Contato (PIIRC)” (e-dos 205 dos autos)
Enawenê Nawê	1 barreira planejada: pendente falta apoio das forças de segurança do Estado	Temos informações de que a Funai estaria pensando em modificar a proposta de barreiras sanitária para uma proposta de “atendimento nas aldeias”. Uma parte dos indígenas já foi contaminada e estariam pensando em focar no atendimento deles na aldeia.
Alto Rio Negro	1 barreira e três postos de controle: pendentes por falta de apoio das forças de segurança do Estado	Nos preocupa a ausência de planejamento para contenção de entrada de invasores na região do rio Apapóris, e demais regiões da fronteira com a Colômbia onde se verifica intenso fluxo de entrada de mineradores ilegais colocando essas populações indígenas em risco em garimpos ilegais na Serra do Traíra, cabeceira do Rio Ira.
Vale do Javari	1 barreira suspensa – dificuldades de navegabilidade e falta de apoio de forças de segurança estaduais 4 barreiras em funcionamento 4 postos de controle em funcionamento	BAPE Ituí/Itaquai: avançou bastante em alguns nos protocolos de contaminação da própria base, porém temos informações de que não há protocolos sanitários específicos para os indígenas e órgão de Estado que transitam entre o Rio Ituí e itaqua. Ou seja, a BAPE continua atuando como sempre atuou, que é o controle de ingresso de pessoas em terras indígenas, registro, etc. Sem atuação epidemiológica sanitária eficiente de quem transita. Embora a Força Nacional esteja presente na BAPE, relatos dos Marubo, registrados em documentos entregues às autoridades, indicam constante invasão de pescadores e caçadores nesta região, além de indicar a presença de isolados nas aldeias São Joaquim e Boa Vista. Alto rio Itaquai, aldeia Hobanã: A FPE esteve na região em meados de setembro para articular a barreira sanitária no alto rio Itaquai e na aldeia Massapê, Atualmente, não há uma equipe de saúde específica nestas aldeias para monitorar a região e o monitoramento tem sido feito exclusivamente por indígenas Kanamari, que solicitam a presença de equipes de saúde e da FUNAI na região. Na aldeia Kaiwa, alto rio Itaquai, há registros de 5 pessoas contaminadas (coletada em 26/09/2020) e formalização à Sesai e Funai de que os Kanamari apareceram na margem oposta (direita) do rio que beira a aldeia, rio Itaquai. O varadouro (caminho na floresta) da aldeia Hobanã para o rio Jutai segue sendo utilizado pelos indígenas, isso significa dizer que continuam frequentando as aldeias da terra indígena Mawatek, de onde possivelmente pode ter vindo a primeira contaminação. Os Kanamari da aldeia Hobanã relatam que no caminho entre esta aldeia a aldeia Tracoá, vizinha a ela, há presença constante dos índios isolados, ou seja, grandes chances de contaminação. Aldeia Jarinal e RDS Cujubim: A União realizou uma ação da PF no rio Bóia e em seus afluentes, na região do médio curso rio Jutai, entre 17 a 20 de setembro, que desativou 4 dragas e 3 balsas de garimpo. Contudo, a operação não abrangeu a região da RDS Cujubim e da TI Javari, onde há presença de índios isolados e de recente contato, sendo que a após a operação, Associação indígena

ANEXO B

	<p>Univaja fez um sobrevoo na RDS e na TI Vale do Javari localizou 6 balsas de garimpo operando ilegalmente. E constatou a fuga de parte dos Korubo isolados da região, certamente pela pressão do garimpo. Em função da falta dessa barreira a aldeia Jarinal acaba de ser contaminada, inclusive o povo de recente contato.</p> <p>Nas aldeias Lobo, 31 e Soles, no rio Jaquirana (fronteira Brasil-Peru), nenhuma barreira foi estabelecida. No caso do Soles, houve um intento da presença do Exército para a implantação de uma Barreira Sanitária, mas não se consolidou durando poucos dias. As lideranças Matsés também fizeram reclamações de que soldados estavam embriagados e fazendo muito barulho. Em virtude da não concretização da barreira do Soles, há pouco mais de 20 dias dezenas de Matsés dessas aldeias foram contaminados.</p> <p>BAPE's Figueiredo e Jandiatuba: As informações falam que a BAPE Figueiredo tem cumprido protocolos rígidos (como quarentena) para não contaminar a própria base. Quanto a BAPE Jandiatuba não temos informações sobre os protocolos de quarentena para o ingresso de novas equipes nessa base. BAPE Curuçá: Atuou com um servidor da Funai, porém noutros momentos sem qualquer servidor. Teve a presença de 3 Policiais Militares por 30 dias em agosto, porém a ação foi desmobilizada e até hoje não retomada. Não há equipe de saúde. Os indígenas que passam pela BAPE Curuçá são orientados a não descerem da embarcação e assim proteger a BAPE de uma contaminação. Não há protocolos sanitários específicos para essas embarcações dos indígenas que transitam entre as aldeias do Curuçá e a cidade.</p> <p>Barreiras do alto rio Curuçá e do alto rio Ituí: Não foram implementadas.</p> <p>No documento peticionado pela AGU no último dia 30/09/2020, a situação das Barreiras Sanitárias no Vale do Javari era a seguinte:</p> <p>Barreira Sanitária entre as aldeias Lago Grande e São Luiz (Médio rio Javari): De responsabilidade da PM, SESAI, FUNAI e Marinha, foi suspensa “em função da redução da navegabilidade dos rios e em razão da necessidade de apoio das forças de segurança pública dos Estados”. Observação: Foi formalizado pela organizações indígena Univaja e Akavaja que a ação da Marinha durou menos de uma semana e que desde então não tem sido feito qualquer ação referente a barreiras sanitárias nessa região. Além disto, a circulação de pessoas nesta região continua a ocorrer através de invasores e de moradores dos diversos povoados ribeirinhos fora da terra indígena, inclusive dos que vivem do lado peruano.</p> <p>BAPE Curuçá: De responsabilidade da FUNAI e SESAI, foi suspensa “em função da redução da navegabilidade dos rios e em razão da necessidade de apoio das forças de segurança pública dos Estados”. De acordo com o documento, funcionou de Março a Agosto de 2020. Observação: Percebe-se uma nítida confusão da União sobre a ação desenvolvida com a Marinha, que foi abortada, segundo informações da Funai, pela redução da navegabilidade do rio Curuçá e Javari, e o próprio funcionamento da BAPE Curuçá. A BAPE existe há quase 10 anos e nunca deixou de operar em função dos níveis dos rios baixos no verão. Ou seja, a base de proteção continua atuando na vigilância e monitoramento, diga-se: precariamente, mas não atua como uma barreira sanitária.</p> <p>BAPE Jandiatuba: De responsabilidade da FUNAI, está em funcionamento. Observação: Não sabemos os protocolos de quarentena para a troca de equipes nesta unidade. A APIB sugeriu o acampamento específico para isso nas proximidades da referida BAPE.</p> <p>e) BAPE Figueiredo: De responsabilidade da FUNAI, está em funcionamento.</p>
--	--

ANEXO B

		<p>e) Ponto de Apoio Quixito: De responsabilidade da FUNAI, está BAPE foi desativada, mas sua estrutura está sendo utilizada como ponto de quarentena para pessoas que ingressam na TI Vale do Javari.</p> <p>f) Barreiras Sanitárias do Alto Itaquai: De responsabilidade da FUNAI e dos indígenas, foram implantadas barreiras de controle de acesso nas aldeias Massapê, Remansinho, Hobana e Kawiya desde meados de agosto. Observação: A FUNAI contratou mão-de-obra dos indígenas Kanamari para monitorarem estes "pontos de controle", mas o contrato finalizou no dia 14/10/2020. No entanto, o movimento indígena, em especial a AKAVAJA, tem reclamado que apenas a atuação de indígenas nestes locais é insuficiente para conter a circulação de pessoas, já que a abordagem entre indígenas gera conflito entre eles. Por isso, solicitam que a FUNAI se faça presente, assim como que dê o devido suporte técnico (os índios reivindicam um rádio de comunicação) e coordene a ação.</p> <p>* No documento entregue pela AGU no dia 30/09/2020, não foi citada a situação atual das seguintes Barreiras: Alto Curuçá e Jarinal/RDS Cujubim. Além disto, há controvérsia nos anexos do documento, já que o anexo "Governo Federal: Atualização do Plano de Barreiras Sanitárias para os Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato" diz que as Barreiras do Jaquirana e do Ituí foram suspensas com a possibilidade de "retomar a operação a partir do apoio das forças policiais dos Estados". No entanto, no anexo 2 do documento estas Barreiras não são citadas, transparecendo que a União abriu mãos de executá-las.</p> <p>** Abaixo algumas informações que foram coletadas sobre algumas destas Barreiras que não foram citadas: Aldeia Jarinal/RDS Cujubim: Em meados de outubro a AKAVAJA solicitou uma Barreira de Controle à FUNAI, mas que não foi atendida pelo fato haver garimpeiros atuando na região, o que colocaria a vida de funcionários em risco. No dia 20/10/2020 foi comunicado pela Sesai o primeiro caso de COVID-19 na aldeia Jarinal. No Alto Ituí: Nesta região nunca foi implantada qualquer trabalho organizado que pudesse ser chamado de barreira sanitária. . Em reunião da Sala de Situação Local do dia 13/10/2020, a FUNAI declarou que não tem recursos humanos e financeiros para implantar as Barreiras Sanitárias. Alegaram também que tentaram coordenar ações conjuntas com o Exército Brasileiro e a Polícia Militar, mas não conseguiram.</p>
Pirahã	2 pontos de controle funcionando	Temos informações de que existe apenas a barreira do Tenharim em funcionamento e gerida pelos próprios indígenas em condições não ideais, conforme orientado pelos médicos sanitaristas Douglas Rodrigues e Erick Jennings no documento intitulado "Aspectos médicos das Barreiras Sanitárias para minimizar o risco de introdução da COVID-19 em Povos Indígenas isolados e de Recente Contato (PIIRC)" (e-dos 205 dos autos)
Mamoodate	1 posto de controle funcionando	A informação que temos é a de que ainda não está em funcionamento, mas que A Funai e a Sesai, na regional Alto Purus, vão instalar somente a partir de 9 de novembro a barreira na TI Mamoodate, e a Frente de proteção vai instalar 1 ponto de controle de acesso na altura da aldeia Extrema, próximo da área de circulação dos isolados.
Kaxinawá do Rio Humaitá	1 barreira funcionando	Temos informações de que a Barreira Sanitária instalada em agosto em parceria com polo base e Funai.
Kulina do Rio Envira	1 posto de controle funcionando	As informações que temos é de que o posto de controle teve a participação de um único servidor da Funai e está sendo gerido pelos próprios indígenas, sem, portanto, o funcionamento está adequado às orientações dadas pelos médicos sanitaristas Douglas Rodrigues e Erick Jennings no documento intitulado "Aspectos médicos das Barreiras Sanitárias para minimizar o risco de introdução da COVID-19 em Povos Indígenas isolados e de Recente Contato (PIIRC)" (e-dos 205 dos autos). É a terra onde houve o contato mais recente ocorrido com povos isolados e mereceria da União esforço conjunto para oferecer apoio logístico às operações necessárias ao monitoramento do ocorrido.
Juma	1 posto de controle funcionando	Apresentaram um plano de trabalho para instalação da barreira, mas não temos confirmação se ela está funcionando. Houve uma ação de fiscalização de uma área invadida no interior da TI

ANEXO B

Avá Canoeiro	3 postos de controle funcionando	Estes postos de controle sempre existiram. Não foram feitos após a determinação judicial. São decorrentes da Compensação dos impactos causados por Furnas. Assim, é preciso saber se o funcionamento está adequado às orientações dadas pelos médicos sanitaristas Douglas Rodrigues e Erick Jennings no documento intitulado “Aspectos médicos das Barreiras Sanitárias para minimizar o risco de introdução da COVID-19 em Povos Indígenas isolados e de Recente Contato (PIIRC)” (e-dos 205 dos autos). Há informações de que a enfermeira que trabalha com os indígenas de recente contato não está realizando quarentena. Entre e sai todos os dias da terra indígena.
--------------	----------------------------------	---